

DA CULTURA EUROPEIA À LUSOFONIA: PENSAR O IMPENSADO COM EDUARDO LOURENÇO^{1,2}

Maria Manuel Baptista*

Cada um só tem verdadeiramente a pátria que se inventa, quer dizer, a casa ideal onde o que é e o que faz se lhe volve transparente e fora do qual se sente, por assim dizer, perdido.

(Eduardo Lourenço, 1999)

O universal não é um espaço, é a universalidade do olhar que o pensa.

(Eduardo Lourenço, 2000)

A questão das culturas locais e regionais face à globalização cultural crescente a que assistimos nos nossos dias tem merecido uma atenção cada vez maior e mais generalizada de teóricos, intelectuais e cientistas, dando origem a múltiplos estudos nas mais diversas áreas do conhecimento. Na verdade, trata-se de uma questão que atravessa trabalhos que vão da psicologia à sociologia e à antropologia, mas também constitui preocupação de pedagogos e ecologistas, matemáticos e geómetras, físicos e astrónomos, historiadores e economistas.

Embora a relevância de uma tal problemática no presente momento histórico não esteja em questão, os termos em que ela tem emergido podem e devem merecer uma reflexão mais aprofundada.

A temática da «cultura local *versus* cultura mundializada» apresenta-se, vulgarmente, com uma configuração paradoxal: se por um lado se procura exaltar o valor da cultura mundializada, pois pode ser partilhada por toda a humanidade, com todas as vantagens que daí podem decorrer (melhoria da comunicação entre os homens, maior exigência ética na vida política e cívica, enfim, maior consideração por aquilo que há de humano no próprio homem), por outro lado, emergem múltiplos movimentos que partem da consciência do valor irrepetível das cultu-

* Maria Manuel Baptista é doutora em Filosofia da Cultura e professora da Universidade de Aveiro. Publicou vários estudos em sua área, dos quais se destaca o livro *Eduardo Lourenço – a paixão de compreender* (2003). Co-autora de *Tempos de Eduardo Lourenço – Fotobiografia* (2003).

ras locais e regionais e que se recusam à uniformização cultural por dissolução no global e no geral.

O grau de violência, em actos e discursos, na teoria como na prática, que normalmente acompanha cada uma destas duas formas de entender a cultura nos nossos dias, embora não seja muito diferente em ambos os casos, apresenta-se com facetas diversas: a cultura mundializada, geral, descaracterizada e impessoal impõe-se por via dos *media* e dos processos de produção dos bens materiais (quer dizer, pela via de uma economia de consumo desenfreado); por seu turno, as culturas locais procuram visibilidade utilizando uma lógica de legitimação que se enraíza na história e na etnografia, um repositório cujo valor humano e ideológico permanece frequentemente por discutir e analisar, tornando-se a tradição também uma bandeira política e económica que, voluntaristicamente, se ergue, frequentemente, em nome não de um maior humanismo, mas em prol de uma vontade de afirmação e de poder, a qual é gerada, inevitavelmente, pela própria cultura global, na sua incontornável tendência hegemónica.

A crispação entre estas duas tendências antagónicas da cultura é crescente: as populações, os autarcas, os políticos, os homens da literatura local e oral, da etnografia e história das culturas locais, não se cansam de clamar pela sua especificidade e diferença cultural, cujo risco de extinção provoca um coro de lamentos pelas perdas irreparáveis para a humanidade, ao mesmo tempo que essa humanidade parece não se sentir particularmente lesada no seu património com tal perda, desde que possa consumir regularmente o que o sistema económico lhe propõe e o que os *media* lhe inculcam constantemente.

Neste contexto, que sentido pode ter hoje falar-se de «cultura portuguesa» ou «cultura lusófona»? Como coordenar um tal discurso de particularidade e especificidade cultural, com um outro que clama por «mais Europa» e «mais cultura europeia»? E qual o papel desta face à «cultura americano-mundializada» dos nossos dias?

E, mais importante do que todas estas questões (que têm sido frequentemente tratadas no âmbito de um discurso meramente funcional e político), importa perguntar se existe realmente alguma coisa que se possa designar inequivocamente por «cultura portuguesa», «cultura lusófona», «cultura europeia» ou «cultura americano-mundializada». Depois, há ainda que indagar do valor que podemos nós atribuir a cada uma destas eventuais «culturas», qual a real perda que a sua extinção acarretaria para a humanidade, para além da óbvia constatação aritmética de uma eventual menor diversidade cultural, critério cujo real valor e importância deveria ser mais frequentemente discutido e pensado³. É que, no limite, se toda a pretensão à especificidade cultural é legítima, todas elas se equivaleriam por definição, ou seja, em última análise, qualquer núcleo cultural se equivaleria a um outro e, cada um destes, a uma qualquer cultura mundializada. Eclipsar-se-ia, deste

modo, a questão do valor cultural e humano e restaria apenas um outro género de «cultura»: a do relativismo e do indiferentismo cultural, que apenas deixaria lugar para uma atitude descritiva ao nível teórico e, ao nível prático, a um género de darwinismo social que legitimaria toda a violência do homem sobre o homem, em nome precisamente das «diferenças culturais».

Ora nós hoje não estamos muito longe de uma tal situação: da Rússia à Bósnia, da Irlanda do Norte ao País Basco.

O problema tem uma história e tem sido objecto de múltiplas reflexões. Nesta comunicação propomo-nos abordar o pensamento de um autor português, Eduardo Lourenço, que tem analisado esta questão ao longo dos últimos cinquenta anos e cujo trabalho reflecte as perplexidades e as controvérsias mais emocionantes que o problema da cultura tem suscitado no pensamento europeu.

O conceito de cultura em Eduardo Lourenço

Uma das maiores valias da obra de Eduardo Lourenço é, em nossa opinião, o facto de acompanhar os movimentos mais fecundos do pensamento no século xx, sofrendo igualmente das suas vicissitudes e dos seus impasses, mas lançando sempre um olhar português sobre a realidade que é objecto da sua escrita ensaística. Partindo de Portugal e dirigindo-se à realidade portuguesa, o filósofo reflecte, já no final dos anos 40, no âmbito da sua publicação inaugural, *Heterodoxia I*, algumas das aporias a que chegou a concepção iluminista e racionalista de cultura. Na verdade, Eduardo Lourenço opunha na época «as manifestações superiores do espírito», que constituíam a cultura europeia, àquilo que em Portugal se designava por «cultura portuguesa», de feição nacionalista, provinciana e conservadora, cuja função político-ideológica era a de manter a consciência nacional ridícula e «orgulhosamente só» no contexto Europeu⁴.

Nos início dos anos 50, Eduardo Lourenço lança mesmo o repto aos intelectuais portugueses, solicitando-lhes, no âmbito de um inquérito que lançou nas páginas da *Bicórnio*⁵, que se pronunciassem sobre a questão da «potencial universalidade da cultura portuguesa». As respostas dividem-se entre o conservadorismo do escol da filosofia portuguesa, que defendia a especificidade e valor inconfundíveis da produção cultural portuguesa, e aquelas que acusam um forte sentimento de desvalia e intrínseca fragilidade da cultura produzida em Portugal⁶.

Quanto a Eduardo Lourenço, cuja concepção racionalista da cultura, bebida originalmente em António Sérgio, lhe satisfaz cada vez menos, evolui, nos ensaios da década de 50, para uma nova concepção de cultura, a qual lhe permitirá considerar como irrelevante a questão da «universalidade da cultura».

Assim, assistiremos a um pensamento que se irá flectir sobre si mesmo, não na direcção de um hiper-racionalismo ou supra-racionalismo, mas no sentido da

compreensão das mitologias que impregnam os discursos pretensamente racionais. Aplicada uma tal concepção ao conceito de cultura, poderemos surpreender em Eduardo Lourenço a emergência de uma preocupação por aquilo que, mais tarde, virá a designar por inconsciente colectivo⁷, ou fundo alógico e mítico, no qual se inscreve toda a produção cultural.

Deste modo, passa já a fazer pouco sentido falar-se em culturas que têm, ou não têm, valor universal, porque todas elas emergem de um fundo mítico que lhes é peculiar e se revela na forma como os povos se vivem e se representam a si próprios no momento em que produzem cultura⁸.

Daí em diante, o que mais importará ao filósofo será a constituição de uma fenomenologia da cultura que tenha como objecto as grandes narrativas mitológicas, espelho onde os povos se revêm e nos quais se revelam a si próprios. Como objecto privilegiado de estudo, Lourenço escolhe a literatura, desde logo porque ela é um dos domínios de eleição de expressão poética da mitologia, mas também porque, em Portugal, é no espelho da literatura que os portugueses melhor e mais insistentemente se têm revisto ao longo da sua história como povo⁹.

Numa linha claramente bartheana (referimo-nos ao Barthes de *Mitologias*¹⁰), Eduardo Lourenço promove a reinscrição mitológica da história, e em primeiro lugar a de Portugal nas suas relações com a, também ela mitológica, cultura europeia.

Abandonando consciente e deliberadamente um discurso pretensamente objectivo face à cultura, toda a reflexão de Lourenço se move no âmbito da sua própria ficção assumida¹¹. O imaginário passa a ser então o campo de trabalho do filósofo, que ensaisticamente procura encontrar os caminhos labirínticos e tensionais da cultura portuguesa, nas suas auto-representações míticas.

Assistiremos, assim, a uma reflexão que recusa o campo da sociologia, da psicologia social ou da teoria política (embora os conhecimentos que provêm destas áreas possam ser convocados para o interior do discurso lourenceano), para se mover no pantanoso campo das emoções e paixões pessoais e colectivas e dos discursos identitários, assumidos ou inconscientes, para melhor lhes compreender o seu sentido, e, mais importante do que isso, para lhes exigir um sentido.

A crise da Europa e a crise da cultura

Na verdade, Lourenço não é apenas um arguto hermeneuta da cultura portuguesa; na nossa opinião, um dos mais brilhantes de sempre, numa linha que se enraíza em Oliveira Martins, que passa por um certo Guerra Junqueiro e Pascoas para desaguar, em todo o seu brilhantismo, em Fernando Pessoa¹².

Eduardo Lourenço, tendo passado por todas as fases de desconstrução racional e pulverização de sentido que caracterizou a reflexão filosófica europeia nos

últimos cinquenta anos, exige sempre mais sentido e mais racionalidade ao real, o que não quer dizer que a realidade seja reflectida no âmbito de um pensamento menos poético, pois a conceptualização de um lirismo mítico é uma das características constantes do pensamento lourenceano.

Um pensamento da crise (crise da filosofia, dos valores, da cultura, da história, da política, das utopias, da religião, da arte, do sujeito...), seria uma boa forma de caracterizar o ensaísmo de Eduardo Lourenço, frequentemente designado, e bem, de trágico. O século xx foi realmente o século da crise generalizada da e na Europa, uma Europa que deixa de acreditar em si própria e se descobre como sujeito de uma história que afinal só pôde ser universal por imposição hegemónica dos seus valores e da sua própria cultura ao resto do mundo.

A aguda consciência histórica da intelectualidade europeia atinge o seu paroxismo no pós-guerra e explode num relativismo acrítico e céptico, procurando representar-se a si própria como mais uma cultura num mundo necessariamente multicultural. O Portugal do pós-25 de Abril seguirá rigorosamente esta tendência.

É precisamente este processo que Lourenço nos descreve nos seus ensaios, recolhidos numa obra absolutamente fascinante, *A Europa desencantada – para uma mitologia europeia*¹³, no âmbito da qual nos descreve uma Europa que se revela, no presente, como uma estrela que morre por implosão: no momento em que os intelectuais europeus procedem à mais radical demolição crítica dos pressupostos culturais que lhe subjazem há mais de 25 séculos, a cultura europeia, agora reciclada e assumida em grande parte pelos Estados Unidos, exerce um enorme fascínio e atracção relativamente às restantes culturas¹⁴.

Ora, segundo Eduardo Lourenço, algum género de valor há-de ter a cultura europeia para que ela continue a atrair milhões de africanos, chineses, japoneses e americanos ao velho continente. Na verdade, a sua potencial universalidade, ou a capacidade de universalização dos seus valores (hoje, paradoxalmente, quase completamente desacreditada pelos seus mais destacados representantes) é sobretudo reconhecida por aqueles que não lhe pertencem.

Mas, mais importante do que a sua capacidade de universalização, a cultura europeia tem como traço distintivo um género de identidade que consiste na oposição e na luta sem tréguas, que constitui tanto a sua riqueza como a sua perdição. A Europa é a possibilidade do espaço da *heterodoxia* (como também das mais pavorosas ortodoxias), da diferença e da discórdia que alimentam sem cessar uma cultura que só se pode tornar velha se deixar de acreditar em si própria, para se entregar a uma outra qualquer forma cultural que lhe é alienígena.

Na verdade a Europa, e nela Portugal, sempre foi crise, luta fratricida, cultura em estado de auto-superação e negação. Só que a qualidade trágica que assim a perpassava tinha um conteúdo: os europeus dividiam-se e discordavam-se por razões ideológicas, filosóficas, económicas e políticas. Hoje, esvaziou-se o trágico de conteúdo e sentido. Desacreditadas as grandes narrativas, apenas a

cisão se mantém, agora aprofundando tudo aquilo que nos divide, e por isso, relativizando e esvaziando do seu sentido próprio tudo aquilo que fez do velho continente o lugar de nascimento da Filosofia, da Ciência, do Direito, da Democracia e dos Direitos Humanos.

E é neste contexto que surgem os nacionalismos e a xenofobia, em nome de um relativismo cultural e de um pragmatismo político económico (cujo conteúdo ético é muito duvidoso) e de um multiculturalismo que, por ser de todos não é verdadeiramente de ninguém. É que uma cultura sem sujeito não pode abrir caminhos a um imaginário mítico-utópico de feição libertadora, mas a uma forma de ideologia absolutamente alienante que reserva a todo o sujeito o papel de consumidor passivo de qualquer coisa que se pode parecer, mas apenas formalmente, com cultura¹⁵.

Língua portuguesa e imaginário lusófono

É sabido que Eduardo Lourenço tem colocado múltiplas reservas à existência de uma autêntica comunidade lusófona, que integre realmente espaços tão diversos como Portugal, Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné. Para além disso, tem sublinhado que o espaço lusófono não faz sentido sem nele incluir a «materna Galiza» e a sua exclusão significa simplesmente que «[...] o *espaço da lusofonia* e o da comunidade de referência lusófona não coincidem»¹⁶. E embora se compreenda que uma tal questão não seja particularmente relevante para os restantes países de expressão portuguesa, para nós, portugueses, ela é decisiva, «[...] não por mera vizinhança, pois também somos vizinhos, e até primos de Castela, da Catalunha, da Estremadura, mas por *intrínseca* pertença à mesma matriz e sensibilidade, [...]»¹⁷.

Deste modo, a questão da ausência da Galiza da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP) é um dos sinais, na opinião de Lourenço, de que

[...] o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressão de contextos, situações, mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas.¹⁸

Procurando ir para além do discurso político de consumo imediato nos *media*, aquilo que o filósofo se tem perguntado, em ensaios publicados nos últimos anos, é sobre a existência de uma autêntica comunidade mítico-cultural entre povos falantes da língua portuguesa. A resposta que tem dado a esta questão tem sido do domínio daquilo que é costume designar-se por «politicamente incorrecto». Ao arrepio da convicção corrente em Portugal (e quase só em Portugal e

numa parte das elites intelectuais dos países lusófonos), Lourenço considera que não há nada que realmente se possa designar, com verdade, por cultura ou comunidade cultural lusófona. Tal designação pertence ao domínio da ficção, do mais puro lirismo português que se imagina como polo e centro de uma comunidade a que os outros membros se sentem muito pouco vinculados. Tratar-se-ia propriamente de uma miragem, ou representaria, no discurso de alguns,

[...] uma hipotética fuga a essa não menos hipotética ameaça que representaria a União Europeia (quando existisse em sentido pleno, o que não é o caso...), a nova *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa*, tal como existe ou queremos que exista, seria um refúgio imaginário.¹⁹

Uma tal concepção compreende-se perfeitamente no contexto da obra de Eduardo Lourenço, pois que a partir da sua concepção de cultura, que acabámos de expor, como partilha efectiva de valores e de modos de estar no mundo e de se confrontar com ele, como mitologia vivida, como auto-imagem identitária, a comunidade lusófona não tem ainda sujeito próprio.

Na verdade, não há nada que se possa designar por imaginário afectiva e efectivamente partilhado pelos povos cuja expressão linguística é o português, para além de algum voluntarismo das comunidades académicas existentes ou em vias de instituição nestes países. É sabido que, por exemplo, um Moçambicano não se auto-representa em primeiro lugar como lusófono, para em seguida se imaginar como elemento da comunidade africana, mas já o contrário é verdadeiro.

É evidente que uma tal reflexão tem uma ressonância política (e mesmo económica) que é provocatória, polémica e parece não agradar a ninguém, o que, de resto, coincide com o lugar que Eduardo Lourenço assumiu desde as suas primeiras intervenções na sociedade portuguesa. Lourenço é um autor desconfortável, e só o não é mais porque não tem sido objecto de uma leitura séria e meditada, mas tem sido alvo de um consumismo cultural que tudo nivela e tudo corrói no seu valor intrínseco²⁰.

De qualquer forma; e tal como sublinhámos, não está excluída do pensamento de Lourenço a possibilidade de instituição de um tal imaginário lusófono. Apenas que ele não se cria por decreto ou por mera vontade política ou económica. A cultura é vida imaginária partilhada, caminho construído em comum, que parte da vontade dos homens, que encontram razões válidas para fazer determinadas opções e não outras. É aqui que reside precisamente a possibilidade de projecção do homem no futuro, inevitavelmente a partir de um presente que está prenho de passado.

A questão encontra-se em aberto, e não se imagine sequer que ela foi definitivamente resolvida pela asserção de Pessoa de que «a minha pátria é a língua portuguesa», afirmação que, na opinião de Lourenço, tem sido frequentemente mal interpretada. Segundo Lourenço, não está em causa que a língua que cada povo

utiliza seja absolutamente determinante em termos culturais, mas o que Pessoa não identificava, de modo nenhum, era pátria com nação e esta com nacionalismo.

Nas palavras de Lourenço,

com o tempo, sem dúvida, os Brasileiros, os Angolanos, os Moçambicanos, os Cabo-Verdianos ou Guineenses farão com a nossa língua comum o que os Lusitanos fizeram outrora com a língua imperial, e imperiosa dos Romanos, embora nós nunca tenhamos sido – salvo em África – os romanos deles. Uma língua não é de ninguém, mas nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa. É neste sentido, e unicamente neste sentido – longe das identificações narcisistas dos nacionalismos culturais – que uma língua é, como pensava Pessoa, *a nossa verdadeira pátria*.²¹

Deste modo, a questão fundamental que haverá que colocar é aquela que se dirige àquilo que eventualmente pode haver de comum no imaginário cultural dos povos falantes do português. Quer dizer, a instituição de uma comunidade cultural lusófona viva passaria em primeiro lugar pela detecção do género de imaginário que poderia constituir o fundo vivo e fecundo do qual emergiriam eventuais valores lusófonos e obras culturais lusófonas.

É que uma utopia para o século XXI não pode mais pertencer ao domínio do lirismo ou do absolutamente onírico, mas é a luta pelo rigor, o esforço e a exigência de mais verdade, mais sonho e mais sentido²². Deste modo, qualquer utopia no domínio da cultura, só pode encontrar-se ao serviço da verdade, supondo como seu sujeito o homem livre e autónomo, não alienado pela lógica económica nem pelo *fait-divers* político, mas nem por isso participando menos de uma consciência agudamente trágica da vida.

Em suma, e na reflexão utópica de Eduardo Lourenço,

a pluralizada língua portuguesa tem o seu lugar entre as mais faladas do mundo. Isso não basta para que retiremos dessa constatação empírica um contentamento, no fundo, sem substância. Se contentamento é permitido, só pode ser o que resulta do imaginar que esse amplo manto de uma língua comum, referente de culturas afins ou diversas, é, apesar ou por causa da sua variedade, aquele espaço ideal onde se comunicam e se reconhecem na sua particularidade partilhada todos quantos os acasos da história aproximou. Não seria pequeno milagre num mundo que sonha com a unidade sem alcançar outra coisa senão o seu doloroso simulacro.²³

Talvez que a reflexão de Eduardo Lourenço possa constituir uma boa oportunidade para pensar o impensável.

¹ Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil e Palop, Faculdade de Ciências Económicas – Universidade de Santiago de Compostela, 13 a 15 de Setembro de 2000.

- ² Toda a correspondência sobre este artigo deve ser enviada para Maria Manuel Baptista, Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 3810 Aveiro, Portugal, ou para o seguinte endereço electrónico: mbaptista@dlc.ua.pt.
- ³ Referimo-nos por exemplo à questão óbvia de saber se em nome da diversidade cultural, e de um multiculturalismo de muito discutível importância, devem ser preservadas culturas cujas práticas e valores, no limite, tocam a condição e a dignidade do próprio homem, designadamente no que respeita ao tratamento dispensado às mulheres, às crianças ou aos velhos, aos criminosos ou aos prisioneiros de guerra, entre outros. Do nosso ponto de vista, esta tem sido uma questão frequentemente escamoteada no âmbito do discurso sobre as especificidades culturais, as quais têm sido abordadas como se se tratasse de reflectir ao nível da biodiversidade ou da ecologia (facto que não deixa de ser sintomático do pendor tecnicista de uma boa parte da racionalidade contemporânea).
- ⁴ Eduardo Lourenço, «Europa ou o diálogo que nos falta», *Heterodoxia* (1949), 1987, pp. 7-17.
- ⁵ Eduardo Lourenço de Faria (organizador), «Como vivem os intelectuais portugueses a sua relação com a cultura passada em Portugal», *Bicórnio*, 1952, pp. 43-64.
- ⁶ Cf. Maria Manuel Baptista, «‘Ossos para o dia de amanhã roer’: Eduardo Lourenço e a ‘Inteligência portuguesa nas décadas de 40 e 50’», Comunicação apresentada no *Ciclo de Colóquios-Gente da Guarda*, subordinada ao tema «Eduardo Lourenço. O homem. A obra», iniciativa integrada nas Comemorações do VIII centenário da Guarda, em 2 de Junho de 2000 (a aguardar publicação).
- ⁷ Eduardo Lourenço, «Psicanálise mítica do destino português», *O labirinto da saudade*, (1978), 1992, pp. 17-78.
- ⁸ Eduardo Lourenço, «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português», *Unicórnio*, Maio de 1951, pp. 38-44.
- ⁹ Eduardo Lourenço, «Da literatura como interpretação de Portugal», *op. cit.*, 1992, pp. 79-118.
- ¹⁰ Roland Barthes, *Mitologias* (1957), 1972.
- ¹¹ Eduardo Lourenço, «Contra o previsível *Post-Scriptum*», *Raiz e utopia*, 1978, pp. 14-18.
- ¹² Eduardo Lourenço, «Da literatura como interpretação de Portugal», *op. cit.*, 1992.
- ¹³ Eduardo Lourenço, *A Europa desencantada – Para uma mitologia europeia*, 1994.
- ¹⁴ Eduardo Lourenço, «A Cultura na Era da mundialização», *O esplendor do caos*, 1998, pp. 13-24.
- ¹⁵ Eduardo Lourenço, «A nova comunicação», *op. cit.*, 1998, pp. 31-40.
- ¹⁶ Eduardo Lourenço, «Imagem e miragem da lusofonia» (1996), *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*, 1999, p. 178.
- ¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 178-179.
- ¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 179.
- ¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 181-182.
- ²⁰ A este propósito ver, igualmente, Manuela Cruzeiro, «A outra face das coisas – Nos vinte anos do *Labirinto da saudade*», *Ciberkiosk*, <http://alf.ci.uac.pt/ciberkiosk/ensaios/labarinto.html>, 1998.
- ²¹ Eduardo Lourenço, «Da língua como pátria» (1993), *op. cit.*, 1999, p. 132.
- ²² Cf., entre outros, Jean-Yves Lacroix, *L'utopie*, col. Philosophie Présente, 1994; Raymond Trousson, *D'utopie et d'utopistes*, col. Utopies, 1998; AAVV, «L'utopie I: La fabrique de l'utopie», *Quaderni, La Revue de la communication*, 1999-2000; AAVV, «Utopies», *Revue des Deux Mondes*, Avril 2000; AAVV, «La renaissance de l'utopie», *Magazine Littéraire*, Mai 2000.
- ²³ Eduardo Lourenço, «A chama plural» (1992), *op. cit.*, 1999, p. 124.

- AAVV, «*L'utopie I: La fabrique de l'utopie*», *Quaderni, La Revue de la Communication*, n.º 40. Paris: Ed. Sapiientia, Hiver, 1999-2000.
- AAVV, «*La renaissance de l'utopie*», *Magazine Littéraire*, n.º 387. Paris: Mai, 2000.
- AAVV, «*Utopies*», *Revue des Deux Mondes*. Paris: Ed. Societé de La Revue des Deux Mondes, Avril, 2000.
- Baptista, Maria Manuel. «'Ossos para o dia de amanhã roer': Eduardo Lourenço e a 'Inteligência portuguesa nas décadas de 40 e 50'», Comunicação apresentada no *Ciclo de Colóquios-Gente da Guarda*, subordinada ao tema «Eduardo Lourenço. O homem. A obra», iniciativa integrada nas Comemorações do VIII centenário da Guarda, em 2 de Junho de 2000 (a aguardar publicação).
- Barthes, Roland. *Mitologias* (1957), colecção Signos, n.º 2. Tradução e Prefácio de José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 1972.
- Cruzeiro, Manuela. «A outra face das coisas – Nos vinte anos do *Labirinto da Saudade*», *Ciberkiosk*, <http://alf.ci.uc.pt/ciberkiosk/ensaios/labirinto.html>, 1998.
- Lacroix, Jean-Yves. *L'utopie*, col. Philosophie Présente. Paris: Bordas, 1994.
- Lourenço, Eduardo. «Europa ou o diálogo que nos falta». In: – *Heterodoxia* (1949). Lisboa: Assírio e Alvim, 1987, pp. 7-17.
- «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português», *Unicórnio*. Lisboa: Maio de 1951, pp. 38-44.
- (organizador). «Como vivem os intelectuais portugueses a sua relação com a cultura passada em Portugal», *Bicórnio*. Lisboa: 1952, pp. 43-64.
- «Da literatura como interpretação de Portugal». In: – *O labirinto da saudade* (1978). 5.ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, pp. 79-118
- «Psicanálise mítica do destino português». In: – *O labirinto da saudade* (1978). 5.ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, pp. 17-78.
- «Contra o previsível *Post-Scriptum*», *Raiz e utopia*, Primavera-Verão, n.ºs 5 e 6, 1978, pp. 14-18.
- «A chama plural» (1992). In: – *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999, pp. 121-124.
- «Da Língua como Pátria» (1993). In: – *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999, pp. 125-133.
- *A Europa desencantada – Para uma mitologia europeia*. Lisboa: Visão, 1994.
- «Imagem e miragem da lusofonia» (1996). In: – *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999, pp. 173-182.
- «A cultura na Era da mundialização». In: – *O esplendor do caos*. Lisboa: Gradiva, 1998, pp.13-24.
- «A nova comunicação». In: – *O esplendor do caos*. Lisboa: Gradiva, 1998, pp. 31-40.
- Trousseau, Raymond. *D'utopie et d'utopistes*, col. Utopies. Paris: Ed. L'Harmattan, 1998.